

A percepção dos professores do CAP/DV-RR referente às atividades ofertadas aos usuários desta instituição.

The perception of the teachers of CAP-DV / RR regarding the activities offered to users of this institution.

Rosiane Maria Moura Silva Melo

Escola Estadual Senador Hélio da Costa Campos, Boa Vista, Roraima, (Brasil)

rosimello1@gmail.com

Jesucina do Nascimento Moura Oliveira

Escola Estadual Professor Geraldo da Silva Pinto, Alto Alegre, Roraima, (Brasil)

jescucina.2000@gmail.com

Rosângela da Silva Viana

Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima CEFORR,

Boa Vista, Roraima, (Brasil) silvavianarosangela@gmail.com

José Reginaldo Moura Oliveira

Escola Estadual Professor Geraldo da Silva Pinto, Alto Alegre, Roraima, (Brasil)

mouraregi09@gmail.com

Páginas 62-75

Fecha recepción: 15/10/2019

Fecha aceptación: 25/12/2019

Resumo.

O presente artigo trata-se de um estudo descritivo referente a análise das atividades ofertadas no Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual de Roraima aos usuários desta instituição para sua participação na sociedade, dessa forma, a pesquisa buscou identificar os resultados obtidos por meio das atividades ofertadas no CAP/DV-RR, referentes à participação do usuário na sociedade. Neste aspecto, partindo-se do seguinte questionamento: Como as atividades ofertadas no CAP/DV-RR refletem a participação de seus usuários na sociedade? Portanto, desenvolveu-se uma investigação não-experimental, descritiva, com o paradigma interpretativo e de enfoque qualitativo. Participaram deste estudo, professores do CAP/DV-RR e a coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. A partir dos dados coletados, detectou-se que as atividades ofertadas no CAP/DV-RR, refletem diretamente na participação dos usuários desta instituição na sociedade, de forma a torná-los autônomos nas atividades diárias, contribuindo também para a melhoria da autoestima. Estes resultados são devido ao uso de recursos específicos no trabalho com deficientes visuais, bem como pela oferta de atividades adequadas, que dão subsídio para o deficiente visual que frequenta o CAP/DV-RR. Possibilitando-os participarem ativamente da sociedade, sentindo-se capazes, constituindo-se estas atividades, ferramentas indispensáveis no processo de desenvolvimento dos referidos usuários.

Palavras-chave: deficiente visual; pessoas com deficiência; participação na sociedade; atividades; educação

Abstract.

This article is a descriptive study referring to the analysis of the activities offered at the Pedagogical Support Center to assist people with visual impairment in Roraima to users of this institution for their participation in society. Thus, the research sought to identify the results obtained through the activities offered in the CAP / DV-RR, related to user participation in society. In this respect, starting from the following question: How do the activities offered in the CAP / DV-RR reflect the participation of its users in society? Therefore, a non-experimental, descriptive research with the interpretative paradigm and qualitative approach was developed. CAP / DV-RR teachers participated in this study and data were collected through semi-structured interviews. From the collected data, it was found that the activities offered in CAP / DV-RR, directly reflect the participation of users of this institution in society, in order to make them autonomous in daily activities, also contributing to the improvement of self-esteem. These results are due to the use of specific resources to work with the visually impaired, as well as the offer of adequate activities, which provide subsidy for the visually impaired who attend the CAP / DV-RR. Enabling them to actively participate in society, feeling capable, constituting these activities, indispensable tools in the process of development of these users.

Keywords: visually impaired; disabled people; participation in society; activities; education

1.-Introdução.

A educação é imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo, por meio dela, pensamentos, ideias e opiniões podem ser disseminados, sociedades mudam, pessoas são transformadas. Ao longo dos tempos a educação brasileira foi gradativamente ampliando suas formas de ofertas educacionais e mudando sua forma de organização, com intuito de atender a demanda do momento. Pode-se destacar, para tanto, a mudança na educação especial, pois esta atualmente vem voltando o seu olhar para uma perspectiva inclusiva com a ideia de oportunizar a todos o acesso à educação e diversas atividades sociais, entendendo-se que todas as pessoas podem participar da sociedade, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, sociais ou intelectuais.

Dar a oportunidade para qualquer ser humano interagir socialmente é, no mínimo, respeitá-lo como pessoa. Nesta perspectiva, deve-se valorizar a diversidade, entendendo a diferença como algo enriquecedor tanto para a vida educativa como social de todos.

Dentro deste cenário temos pessoas com diversas deficiências, sendo assim, as estratégias e recursos devem atender suas especificidades. Entre estas estão incluídas as pessoas com deficiência visual, dos quais esta pesquisa se reporta, mais especificamente ao Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com

deficiência visual de Roraima, onde se buscou identificar os resultados obtidos por meio das atividades ofertadas no CAP/DV-RR, referentes à participação do usuário na sociedade.

A participação do deficiente na sociedade é pauta discutida constantemente em debates educacionais de cunho nacional e internacional, e sobre isto há muitos pontos a serem pensados e refletidos com relação às instituições que ofertam atividades aos deficientes. São adequadas? Apresentam resultados positivos para vida destas pessoas? Possuem realmente profissionais comprometidos com o desenvolvimento integral do público com o qual trabalha, de modo a contribuir significativamente com a participação destas na sociedade? Sabendo-se que os deficientes visuais apresentam necessidades de manusearem recursos específicos e adequados para que alcancem seu desenvolvimento integral e realizem atividades voltadas para o que é inerente a sua deficiência, de modo a potencializá-los, tais como o aprendizado da leitura e escrita Braille, atividades da vida diária, orientação e mobilidade e o uso das tecnologias.

2.-A pessoa com deficiência visual e a educação destinada a esse público no Brasil.

A história nos dá suporte para conhecermos um pouco do percurso da Educação destinada a pessoa com deficiência visual no Brasil, o que nos permite saber que esta oferta teve início em 1854, pois foi instalado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC). a seguinte informação nos é fornecida por Mazzota (2005) quando afirma:

O atendimento escolar especial dos portadores de deficiência teve início, no Brasil, na década de cinquenta do século passado. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428. D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.(p.28)

Outras instituições foram criadas ao longo do tempo no sentido de atender o supracitado público em outros estados brasileiros, porém, apesar das instituições existentes, esse não foi um assunto que foi muito mencionado pelas leis educacionais do Brasil.

Outras iniciativas ocorreram pelo Brasil em prol da educação da pessoa cega, dentre as quais destacam-se: Escola Rodrigues Alves, escola visual para deficientes físicos e visuais, criada em 1905; Escola Estadual São Rafael, criada em 1925; Instituto de cegos da Bahia, criado em 1936; em Pernambuco foi criado o Instituto de Cegos, 1935); em Porto Alegre foi criado o Instituto Santa Luzia, 1994; em Curitiba foi criado em 1994 o Instituto Paranaense de Cegos, estadual; em São Paulo (Taubaté), criado o Instituto São Rafael em 1940, ainda em São Paulo é criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje denominada de Fundação Nowil para Cegos, especializada e particular, em 1946, (Masini, 2004; Brasil, 2001; Mazzotta, 1999 apud Pereira 2011, p.32)

Depois da criação do IBC, só é feita menção de leis referentes aos deficientes na LDB de 1961 e na de 1971. O atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ter seus fundamentos por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que assinala o direito destas pessoas utilizando o termo excepcionais, onde passam a ter direito a educação, preferencialmente no sistema geral de ensino, conforme Art. 88. “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.”

Segundo Mosquera (2010):

(...) o Ministério da Educação (MEC) criou, em 1973, o Centro Nacional de Educação especial (Cenesp), por meio do Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973, em seu artigo 3º, inciso VI, respaldado pela necessidade de integração e filantropia. O Cenesp se tornou, então, o gerenciador da educação especial no Brasil. As atividades desenvolvidas continuaram subordinadas ao MEC, mas as metas de apoio técnico e expansão qualitativa são prioridades do Cenesp. (p.22).

A década de oitenta marca a educação especial no Brasil e no mundo, valendo lembrar que em 1981, foi instituído o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, apoiado pela Organização das Nações Unidas – ONU, no qual se defendeu a “igualdade de oportunidades para todos”. Esse posicionamento repercutiu e trouxe desdobramentos no Brasil, através de formulação de vários planos, tais como: Plano de ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981); Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985). Esses planos provocaram uma mudança, traduzida na ruptura com uma perspectiva de benevolência, e na adoção de uma posição política, centrada na garantia de direitos e de acesso à cidadania, para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

É exatamente na década de oitenta que é promulgada no Brasil a Constituição Federal de 1988, apresentando nos seus objetivos fundamentais o termo “todos”, referindo-se a promoção de uma educação sem distinções, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Trazendo ainda, no artigo 205 o seguinte texto: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No seu artigo 206, inciso I, menciona:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Declaração de Salamanca 1994 documento de cunho internacional e a LDB de 1996 também marcam a história das pessoas com deficiência de um modo geral no Brasil.

Aponta-se na LDB de 1996 no art. 58 nos parágrafos seguintes:

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Uma portaria também de importante significado é a nº 2.678/02 do MEC, pois esta traz a aprovação de diretrizes e normas alusivas ao uso, ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

O conceito de necessidades especiais, que passa a ser plenamente disseminado a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social. No entanto, mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos os alunos e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançam esse objetivo. (p 21).

Com o decreto nº 6.571/2008 e com a resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, formaliza-se o dever de matrículas na classes comuns de ensino regular e ainda no Atendimento Educacional Especializado, oferecido no horário oposto nas Salas de Recursos Multifuncionais e nos centros de Atendimento Educacional Especializados, sendo possíveis estas em rede pública, instituição comunitária, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Portanto, os movimentos de cunho internacional geram grandes mudanças também na legislação brasileira. Atualmente temos então deficientes visuais com direito de matrícula nas escolas comuns com apoio suplementar em salas de recursos multifuncionais, nos centros especializados como é o caso do CAP/DV -RR e ainda recentemente o decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 declara:

Art. 14 Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente.

§ 1º Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.

Sendo então abertas oportunidades em diferentes espaços para as pessoas consideradas com deficiência, incluindo-se indubitavelmente as que possuem deficiência visual.

2.1.-A Pessoa com Deficiência Visual Frente às Possibilidades de Participação na Sociedade por Meio de Ofertas Educacionais.

2.1.1.-Atividades e recursos educacionais utilizados para a reabilitação e/ou desenvolvimento de pessoas com deficiência visual

Muito se fala em igualdade de condições a todas as pessoas, todavia sabe-se que na prática isso só pode ocorrer se os recursos específicos para o desenvolvimento de cada pessoa, considerando-se suas peculiaridades, existirem nas instituições que estas são atendidas, respeitando-se as suas diferenças e valorizando o potencial individual, ao se levantar estes pontos, é possível apontar o que está descrito no Art. 3º Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 no § 2º, quando afirma:

A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, **laptops** com sintetizador de voz, **softwares** para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

O acesso à informação a todos é direito instituído por meio de leis e decretos brasileiros, portanto para que tal situação ocorra devem haver meios para que isso seja concretizado, nesta perspectiva o deficiente visual necessita, portanto, de meios específicos para alcançar este acesso.

Levando-se em conta afirmado a pouco sobre a pessoa que possui deficiência visual ter algumas particularidades inerentes a sua deficiência, sendo que as mesmas devem ser respeitadas e atendidas pelos educadores e pelas instituições educacionais que trabalham com este público, e não só por estes, mas por todos os envolvidos na efetivação do deficiente como cidadão autônomo. Para tanto deve se conhecer estas dificuldades, de forma a se buscar estratégias pedagógicas e recursos que eliminem as barreiras para sua participação na sociedade.

Os direitos de acesso à Educação e à Informação estão previstos na Constituição Brasileira no Artigo 5º e no inciso XIV do mesmo é declarado o seguinte: "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional." (BRASIL, 1988).

Segundo o Decreto Federal nº. 5296/2004, a acessibilidade deve ser garantida, devendo ser dada a condição para utilização de sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei nº. 10.753, ou Lei do Livro, de 30 de outubro de 2003, estabelece a Política Nacional do Livro (PNL) e tem como destaque: assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; promover e incentivar o hábito da leitura e assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Conforme Gil (2000):

Durante muitos anos, uma pessoa cega que falasse bem, tivesse desempenho acadêmico satisfatório e bom nível de informação e verbalização deslumbrava e maravilhava a todos. Nada mais se esperava dela, em termos de autonomia e de

independência. Assim, a educação de uma criança portadora de deficiência visual se voltava basicamente para seus êxitos intelectuais. Essa reação demonstrava a expectativa geral quanto às possibilidades de uma pessoa deficiente visual: o preconceito impedia que ela fosse considerada capaz de executar toda a gama de atividades que faz parte do cotidiano – deslocar-se com independência, cuidar-se e vestir-se com adequação, alimentar-se, interagir socialmente de forma prática e adequada, competir no mercado de trabalho, casar-se, enfim, exercer seu papel de cidadão que conta com o respeito da sociedade e é aceito. Felizmente, as coisas estão mudando. Talvez não com a rapidez que seria desejável, mas muitos serviços de atendimento às crianças portadoras de deficiência visual já incorporam a seus programas um trabalho voltado para as atividades de vida diária e para a orientação e a mobilidade. (p.11).

Nesta perspectiva atividades e recursos específicos para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência visual tem sido desenvolvidos e utilizados, de modo a contribuir com sua participação social e para a conquista de sua autonomia, dos quais estão incluídas ofertas por meio de instituições educacionais, o que cabe a observação do programa de reabilitação proposto por Gil (2000):

Esse programa, preparado para adultos que perdem parcial ou totalmente a visão, inclui vários tipos de atendimento:

Orientação e mobilidade: A pessoa que perdeu a visão precisa aprender a se deslocar e a executar as tarefas do dia-a-dia sem o estímulo visual. Para isso, é fundamental aprimorar os demais sentidos, a capacidade de concentração e a atenção, para conseguir caminhar em ambientes conhecidos e desconhecidos. No Brasil, esse treinamento é feito em duplas (um guia vidente e um deficiente visual), com a bengala longa de alumínio, que pode ser inteiriça ou dobrável. O cão-guia, muito freqüente em outros países, ainda não é comum entre nós, mas os que existem têm sido utilizados com excelentes resultados. Existem pesquisas em andamento para desenvolver auxílios eletrônicos, baseados no sonar dos morcegos, destinados a alertar para obstáculos no caminho.

Desenvolvimento de habilidades manuais: É necessário trabalhar o tato e as habilidades manuais (coordenação motora fina), para que a pessoa possa aprender o braille e desempenhar com mais facilidade e eficiência as atividades da vida diária.

Aprendizado do sistema braille: A leitura e a escrita em braille dependem da sensibilidade do tato, indispensável para seu exercício. Seu aprendizado abre para o adulto cego uma ampla perspectiva de comunicação.

Atividades da vida diária: Esse treinamento tem por objetivo desenvolver (ou devolver) ao deficiente visual a independência nos cuidados pessoais, na administração do lar, em tarefas como alimentação, higiene e vestuário, para que ele possa agir adequadamente em seu cotidiano. (p. 65).

Outras estratégias que contribuem com o desenvolvimento da pessoa que possui cegueira congênita ou adquirida é o uso dos recursos tecnológicos, de acordo com (Sartoretto, p. 7, 2010) “*A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento e de*

atuação que desenvolve serviços, recursos e estratégias que auxiliam na resolução de dificuldades funcionais das pessoas com deficiência na realização de suas tarefas.”

As tecnologias, de um modo geral, têm exercido um eficaz papel no mundo atual e a educação, por sua vez, também tem se valido dela para obtenção de melhores resultados para a educação de pessoas com deficiência.

Dentre os recursos indispensáveis no trabalho com deficientes visuais aparece uma figura de fundamental importância neste processo que seria o professor, que por sua vez precisa estar preparado para atender esta demanda. Por sua vez configura-se como fatores fundamentais a formação adequada e estar preparado para realizar uma tarefa sobremodo humana, que seria contribuir para o desenvolvimento do DV, considerando-se para este fim a aquisição por parte deste de qualidade de vida social, ou seja, uma vivência nas instâncias sociais de forma digna.

Toda e qualquer pessoa com deficiência necessita de um incentivo e no caso do deficiente visual é necessário um trabalho de estimulação contínuo e consistente, principalmente para aprimorar as habilidades dessas pessoas quanto à percepção corporal, percepção espacial, discriminação tátil, discriminação auditiva, desenvolvimento de conceitos, motricidades ampla e fina e com Deficiente Visual com baixa visão, deve-se estimular a discriminação visual e a exploração do resíduo visual que os mesmos possuem.

Por isso é fundamental que o professor seja o mais preparado possível, pois se houver recurso, mas se não houver esta preparação, o trabalho poderá render não bons resultados. Este profissional é uma das pessoas que podem levar o deficiente visual a experimentar várias situações de aprendizagem, fazendo com que este se descubra e se identifique como um ser pleno, capaz e que aprenda a explorar, manipular, perceber, reconhecer e finalmente conhecer o universo ao qual pertence, fazendo com que esta pessoa se sinta realmente participante da vida social.

Ao se trabalhar a participação do deficiente visual na sociedade, devemos levar as pessoas a entender que todos nós temos carências em alguma área e que nem por isso deixamos de ser seres humanos dotados de várias outras habilidades. Possuir uma necessidade especial deve ser visto justamente por esse foco, onde a pessoa com deficiência é capaz de desenvolver várias habilidades que devem ser exploradas para o seu efetivo desenvolvimento. São estas habilidades que devem ser valorizadas e não a sua deficiência.

3.-Metodologia.

A pesquisa foi realizada no ano de 2011, no município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, situada no extremo norte do Brasil. O município possui atualmente, com base no último Censo, 399213 habitantes.

A investigação ocorreu nos meses de novembro e dezembro, no Centro de apoio pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual de Roraima que está localizado na avenida Santos Dumont nº 439, no bairro São Pedro.

O modelo da investigação é não-experimental, onde não há pretensão de se manipular as variáveis na investigação. Portanto o contexto existente será analisado, pois já existe uma situação. “(...) Na pesquisa não-experimental as variáveis independentes já ocorreram e não é possível manipulá-las; o pesquisador não tem controle direto

sobre essas variáveis nem pode influí-las sobre, porque já aconteceram, assim como seus efeitos” (Sampieri et al. 2006, p. 224). Aplicou-se uma pesquisa do tipo descritiva. “Os estudos descritivos unicamente pretendem medir ou recolher informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que elas se referem; seu objetivo não é indicar como se relacionam as variáveis medidas” (Sampieri et al., 2006, p.102). Estudos descritivos são favoráveis para indicar de forma precisa os ângulos ou dimensões de um fenômeno, sucesso, comunidade, contexto ou situação. Diante desta pesquisa buscou-se analisar, a partir dos dados coletados, resultados produzidos por meio da oferta de atividades a pessoas com deficiência visual no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Roraima. Verificando assim, as opiniões a respeito do trabalho realizado com os deficientes visuais que são usuários das atividades ofertadas no CAP/DV-RR. Utilizou-se nesta pesquisa o paradigma interpretativo de enfoque qualitativo, pois o mesmo permite um grau maior de reflexão, uma vez que a abordagem qualitativa está inserida no momento em que necessita do grau de subjetividade do investigador em descrever os envolvidos nesta perspectiva. De acordo com (Gonzalez et al. 2010). Este enfoque “serve para compreender um problema de caráter humano ou social, por meio da elaboração de um desenho complexo construído sobre palavras e desenvolvido num contexto social”. Para tanto, foi utilizado um paradigma interpretativo com enfoque qualitativo, tendo como fontes de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e que facilitará o entendimento sobre o tema. A pesquisa aconteceu através da técnica de entrevistas individual semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas aplicada a 7(sete) professores.

4.-Discussões dos resultados.

A partir das entrevistas realizadas a professores do CAP/DV-RR, obteve-se os resultados que se seguem, para tanto, fora realizada a análise dos dados obtidos, assim como a interpretação dos mesmos, conforme os objetivos desta pesquisa. A pesquisa nos trouxe informações relevantes a respeito da participação do deficiente visual na sociedade, advindas do uso de recursos específicos e atividades que potencializam esse público, eliminando as barreiras da participação social. Segue abaixo o objetivo da pesquisa

4.1.-Identificar os resultados obtidos por meio das atividades ofertadas no CAP/DV-RR, referentes à participação do usuário na sociedade.

O tema “Análise das Atividades Ofertadas no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Roraima aos usuários desta Instituição para sua Participação na Sociedade.” foi elaborado partindo de um questionamento e com o intuito de respondê-lo, no decorrer desta pesquisa foram elaborados objetivos, que por sua vez foram atingidos. Para o desenvolvimento da investigação foi necessário buscar um referencial teórico que embasasse a pesquisa, buscou-se os autores que tratavam sobre o tema, de forma a contextualizar a realidade do CAP/DV-RR, com a tentativa de fazer uma análise coerente das informações encontradas através das entrevistas realizadas aos professores do

CAP/DV-RR, desta forma segue-se com as perguntas e respostas utilizadas para o atendimento do objetivo descrito no item 4.1 do presente trabalho. Categoria: Professores Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual de Roraima. Categoria: Professores do CAP/DV-RR. Com o objetivo de identificar os resultados obtidos por meio das atividades ofertadas no CAP/DV-RR, referentes à participação do usuário na sociedade, lançou-se a seguinte pergunta aos professores: Que habilidades são desenvolvidas pelos usuários do CAP/DV-RR através das atividades ofertadas nesta instituição? Dentre os resultados obteve-se as respostas que estão descritas na tabela abaixo:

Tabela 1 - Resposta da 4ª questão da entrevista aos professores.

Profes-sores	Respostas
P1	Várias, como: Resgate da autoestima, as habilidades perceptivas/sensoriais, motoras como, locomoção e mobilidade e aprendizagem como leitura e escrita Braille.
P2	Ler e escrever em Braille, realizar atividades da Vida diária como: lavar, passar, limpar, cozinhar, etc. locomover-se em espaços como o CAP, casa, bairro e uso das tecnologias assistivas (estudos e pesquisas na internet).
P3	Leitura e escrita em Braille, atividade de vida diária (uso de fogão, ferro de passar, cozinhar e etc.) Orientação e Mobilidade e uso das ferramentas tecnológicas.
P4	Locomoção autônoma e segura, leitura e escrita Braille, realização de atividades domésticas e cuidados pessoais, uso do computador e acesso a internet para pesquisas virtuais.
P5	Leitura escrita Braille, uso das ferramentas tecnológicas e atividades da vida diária.
P6	Locomoção com Segurança, pesquisas virtuais, computador, atividade da vida diária, escrita Braille e acesso á internet.
P7	Leitura e escrita Braille, atividades domésticas, orientação e mobilidade.

Fonte: Entrevista realizada aos professores do CAP/D, novembro e dezembro, 2011.

As respostas dos professores evidenciam habilidades adquiridas pelos usuários por meio das atividades ofertadas, que possibilitam a participação dos mesmos na sociedade, pois a sociedade atual exige que as pessoas de um modo geral façam uso da tecnologia e o CAP/DV-RR oferta não só o uso das mesmas, mas também o uso de recursos tecnológicos específicos para as pessoas que possuem deficiência visual, além de fazê-los entrar em contato com o mundo por meio da leitura e escrita Braille, locomoção segura e ainda auxilia no desenvolvimento das atividades da vida diária, o que permite alcançar autonomia. *"(...) A variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa."* (Sá, 2007, p. 26).

O CAP/DV-RR busca desenvolver habilidades e potencialidades da pessoa com deficiência visual, possibilitando a interação e a inclusão social, integrando-a no processo de desenvolvimento por meio da habilitação e reabilitação através das atividades que lhe são ofertadas, levando-a a olhar para si mesmo e para a vida de uma forma diferente na qual ela não se vê apenas como um número na sociedade, mas como uma pessoa que pode participar dela. *"O ser humano é capaz de realizar verdadeiros prodígios, ultrapassar obstáculos tidos antes como intransponíveis e se*

superar a cada dia, conquistando novas fronteiras. As pessoas portadoras de necessidades especiais são a prova concreta dessa afirmação” (Campbell, 2009, p. 128).

Atendendo ainda ao objetivo descrito acima, perguntou-se aos professores: O que as atividades ofertadas no CAP/DV-RR promovem na vida dos usuários? Obteve-se como resposta os itens demonstrados na tabela seguinte:

Tabela 2 – Resposta da 2ª questão da entrevista aos professores.

Profes- sores	Respostas
P1	Autonomia e cidadania.
P2	Independência, melhora da autoestima e a inclusão.
P3	Autonomia e o acesso à informações científicas e do cotidiano.
P4	Independência, autonomia e segurança, além de prepará-los para o mercado de trabalho.
P5	Autonomia e o acesso a informação científica e cotidiano.
P6	Independência, locomoção e a inclusão no ensino regular, autonomia e segurança.
P7	Socialização, alfabetização.

Fonte: Entrevista realizada aos professores do CAP/DV, novembro e dezembro, 2011.

Assim, percebeu-se nas respostas descritas acima, que quando não aparece a palavra autonomia, aparece independência, palavras de sentidos semelhantes. Com isso, pode-se afirmar que as atividades ofertadas no CAP/DV-RR promovem autonomia e a independência na vida dos usuários, além de ser evidenciado nas respostas, questões fundamentais para que qualquer pessoa participe da sociedade, tais como, socialização, inclusão no ensino regular, melhora da autoestima, preparo para o mercado de trabalho e ainda outras questões mencionadas na tabela acima. “*As atividades realizadas devem proporcionar prazer e motivação, o que leva à intencionalidade e esta desenvolve a iniciativa e autonomia. (...)*” (Sá, 2007, p.18).

De acordo com Gil (2000):

A independência alcançada graças a um bom programa de Atividades da Vida Diária vai muito além das necessidades pessoais básicas, como higiene, alimentação, hábitos à mesa e etiqueta, cuidados com a casa e atividades sociais. Significa desenvolvimento da autoconfiança e valorização das próprias capacidades, aquisição de naturalidade, eficiência e desenvoltura no universo social e uma atitude que favorece a conscientização da sociedade em relação às potencialidades do portador de deficiência. (p.11).

As respostas evidenciam que as atividades ofertadas no CAP/DV-RR, promovem também a melhora da autoestima, a socialização e segurança.

Para Gil (2000):

O verdadeiro trabalho de integração consiste em criar situações estruturadas, que favoreçam a vivência de experiências significativas, fortalecendo a auto imagem e ensinando o aluno a lidar com seus próprios limites e frustrações. Assim, ele vai se sentindo como um indivíduo atuante, capaz de compreender as diferenças e as semelhanças e de se relacionar bem com as outras pessoas. (p.53)

Gil (2000), ainda acrescenta:

Durante muitos anos, uma pessoa cega que falasse bem, tivesse desempenho acadêmico satisfatório e bom nível de informação e verbalização deslumbrava e maravilhava a todos. Nada mais se esperava dela, em termos de autonomia e de independência. Assim, a educação de uma criança portadora de deficiência visual se voltava basicamente para seus êxitos intelectuais. (...)Felizmente, as coisas estão mudando. Talvez não com a rapidez que seria desejável, mas muitos serviços de atendimento às crianças portadoras de deficiência visual já incorporam a seus programas um trabalho voltado para as atividades de vida diária e para a orientação e a mobilidade. (p. 10 -11)

Torna-se indispensável criar espaços acessíveis na sociedade de um modo geral, pois os deficientes são capazes de desenvolver diferentes aprendizados, porém, muitas vezes a sociedade é que se torna deficiente, não conseguindo promover a adequação para uma maior viabilidade do desenvolvimento dessas pessoas, deixando-os a mercê dela, dificultando o desfrute de uma maior autonomia a essas pessoas.

Guimarães, (1999) destaca:

Um ambiente com acessibilidade atende, diferentemente, uma variedade de necessidades dos usuários, tornando possível uma maior autonomia e independência. Entendendo autonomia como a capacidade do indivíduo de desfrutar dos espaços e elementos espontaneamente, segundo sua vontade. E independência como a capacidade de usufruir os ambientes, sem precisar de ajuda. (p.21)

Autonomia e independência, são, portanto, objetivos que se busca alcançar com primazia em um trabalho envolvendo pessoas com deficiência.

No intuito de mostrar outros resultados apontados por meio da oferta de atividades realizada pelo CAP/DV-RR indagou-se aos professores questão a seguir: Existem evidências que podem ser relatadas por você, a respeito da contribuição das atividades do CAP/DV-RR para a participação efetiva dos usuários na sociedade? Evidencia-se na tabela abaixo as respostas da questão mencionada a pouco.

Tabela 3 - Resposta da 6ª questão da entrevista aos professores

Profes- sores	Respostas dos professores
------------------	---------------------------

P1	Sim. Usuários que estão na universidade e outros que voltaram para as escolas.
P2	Sim. Usuários inclusos em escola regular e de música, os encaminhamentos para centro de fisioterapia, apoio para retirada de documentos pessoais (RG, título de eleitor, reservista). Apoio em consultas médicas, oftalmológica, e a participação de usuários em diversos concursos e vestibulares.
P3	Não respondeu
P4	Sim. Usuários cursando faculdade, outros concursados em empregos públicos, além de outros que já são pós-graduados e professores.
P5	Não respondeu
P6	Sim. Inclusão no ensino regular.
P7	Sim. A volta de alguns usuários a escola e aquisição de emprego.

Fonte: Entrevista realizada aos professores do CAP/DV, novembro e dezembro, 2011.

Os professores foram unânimes em suas respostas ao afirmarem que sim, ou seja, confirmando que existem evidências que podem ser relatadas por eles, a respeito da contribuição das atividades do CAP/DV-RR para a participação efetiva dos usuários na sociedade, o que possibilita entendermos que o CAP/DV-RR tem dado resposta tanto a sociedade, quanto aos usuários que participam das atividades ofertadas nesta instituição, contribuindo com ingresso em universidades, escolas e na obtenção de emprego.

Sasaki (1997) concebe inclusão como *“um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”* (p.41). Em vista disto, a educação tem se organizado de modo a oferecer adaptações e acesso a informações às pessoas que possuem deficiência. O CAP/DV-RR é exemplo disso, apesar de que a educação e a sociedade ainda têm muito a fazer.

5.-Conclusão.

A partir da análise das respostas dadas pelos professores, as quais revelam suas percepções referente às atividades ofertadas aos usuários do CAP/DV-RR, percebeu-se que, os professores avaliam como positivas as referidas atividades ofertadas neste centro, pois por meio da oferta destas, os usuários adquirem habilidades distintas que vão desde realização de atividades domésticas a inserção no mercado de trabalho. Também é possível descrever por meio da pesquisa realizada que os usuários desenvolvem habilidades perceptivas, sensoriais, motoras, aprendem ainda a leitura e a escrita Braille, a fazerem uso de ferramentas tecnológicas, podendo assim ter acesso a informações científicas e do cotidiano, por meio de pesquisas virtuais, aprendem a ter cuidados pessoais, técnicas que permitem a locomoção, com isso adquirem autonomia, independência, melhoram a autoestima, recebem auxílio por meio destas atividades para ingressarem no mercado de trabalho, o que permite também a inclusão social. Neste sentido, acredita-se que o Centro de Apoio

Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Roraima, se constitui um exemplo de responsabilidade social para este estado, contribuindo com o que se demanda no presente século, que seria proporcionar a educação para todos, de modo a encaminhar as pessoas para a participação na sociedade, independente de raça, cor, classe social, limitação física, intelectual ou sensorial, certamente este centro trabalha na perspectiva de atender o que preconiza a Constituição Federal de 1988, quando menciona em um de seus artigos que a educação é direito de todos, assim como comenta sobre quem a promoverá e que seu objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa. De fato, as ofertas educacionais devem visar exatamente este pleno desenvolvimento da pessoa, seja qual for sua condição, se deficiente ou não.

6.-Referências.

- Campbell, S.I. (2009). *Múltiplas faces da inclusão*. Rio de Janeiro: Wak.
- Gil, M. (2000). *Deficiência Visual*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação a Distância.
- Guimarães, M. P. (2002). *A eliminação de barreiras possibilita aos portadores de deficiência agirem na sociedade*. São Paulo: CVI-BH.
- Mazzotta, M.J.S. (2005). *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Mosquera, C.F.F. (2010). *Deficiência Visual: na escola inclusiva*. Curitiba: IBPEX.
- MEC. (2000). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa oficial.
- Sá, E.D., Izilda, M.C., Campolina, M.B. (2007). *Deficiência visual*. São Paulo :MEC/SEESP.
- Sampieri, R., Collado, C., Fernández; L., Baptista. P. (2006). *Metodología de La Investigación*. 4 ed, Mexico: McGrawHill.
- Sasaki, R.K. (1997). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA..
- Sartoretto, M.L. (2010). *A educação especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa*. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.